

DOSSIÊ CULTURA POLÍTICA E CRISE DEMOCRÁTICA

ENTREVISTA COM PROFESSOR DOUTOR HENRIQUE CARLOS DE OLIVEIRA DE CASTRO

Bianca de Freitas LINHARES¹
Fábio HOFFMANN²

Apresentação

Henrique Carlos de Oliveira de Castro é doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (respectivamente 2000 e 1995). Foi pesquisador e professor convidado na University of Notre Dame (EUA) em 2016, realizou estágio pós-doutoral na École des hautes études en science sociales (Paris, França) em 2010/2011 e estágio doutoral (sanduíche) no Institute for Social Research da Universidade de Michigan em 1999 (EUA). É professor no Programa de Pós-graduação em Ciência Política e do curso de Relações Internacionais da UFRGS. Foi professor da Universidade de Brasília (UnB), lotado no CEPPAC (Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas) de 2000 a 2013 e também diretor do DATAUnB (Centro de Pesquisa de Opinião Pública - Pesquisas Sociais Aplicadas) entre 2004 e 2008. É consultor da Capes para temas de internacionalização e coordenador e diretor da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey) no Brasil.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas/RS – Brasil. Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). biancafinharies@gmail.com.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas/RS – Brasil. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de pelotas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). molahms@gmail.com.

1) Professor Dr. Henrique de Castro, obrigado por aceitar gentilmente ceder essa entrevista para o dossiê *Cultura Política e Crise Democrática* da revista *Cadernos de Campo* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A sua tese de doutorado defendida no ano de 2000 foi a primeira no Brasil a se valer de dados da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS). Sabendo que a primeira onda de pesquisas que contemplou o Brasil cobriu os anos de 1989 a 1993, por que se demorou tanto para utilizar esse material? E como o senhor entrou em contato com esses dados?

Antes de tudo, obrigado pela oportunidade de conversarmos sobre cultura política e a Pesquisa Mundial de Valores. Bem, penso que existe no Brasil um mito na pesquisa social: dado bom é o dado que o pesquisador coleta, o que nem sempre é verdade quando se tratam de dissertações de mestrado ou mesmo teses de doutorado. Sim, um estudante de pós-graduação de fato precisa aprender a fazer pesquisa empírica, mais além dos necessários conhecimentos de teoria e metodologia. No entanto, aprendizado e pesquisa são coisas distintas, embora possam e devam andar juntas. Respondendo direto à pergunta: creio que a pesquisa WVS (entre outras bases internacionais de dados em Ciências Sociais) é pouco utilizada ainda hoje no Brasil por um misto de desconhecimento da sua existência com preconceito, limitação metodológica e uma certa presunção; pensando aqui, talvez o primeiro seja o mais importante.

Eu tive acesso ao WVS quando fiz um curso avançado de métodos quantitativos para as Ciências Sociais em 1996, na Universidade de Michigan, ainda antes de entrar no doutorado. Fiquei impressionado com a quantidade de bases de dados que os estudantes de lá utilizavam cotidianamente, o que os ajudava não apenas na formação, mas também nos trabalhos. Nós, alguns colegas e eu que estudávamos com o prof. Marcello Baquero, conhecíamos muitas bases de dados internacionais, mas não tínhamos a prática de usá-las em pesquisa, mas comecei a mudar depois da experiência em Michigan. Logo em seguida, já no doutorado, escrevi para o prof. Ronald Inglehart, fundador do WVS, para solicitar permissão para usar os dados na minha tese. Por fim, durante o meu estágio doutoral – o doutorado sanduíche – no Institute for Social Research da mesma Universidade de Michigan em 1999, com a supervisão do próprio Inglehart, fui convidado por ele para ser o novo responsável pelo WVS Brasil e entrar para a rede mundial da pesquisa.

2) Em seu livro *Cultura Política Comparada* (2014, Verbena), no qual analisou a democracia e as mudanças econômicas no Brasil, Argentina e

Chile, o senhor chegou à conclusão de que seria necessária a elaboração de um conceito de cultura política adequado à América Latina e não simplesmente “importar” a definição proposta pela literatura internacional. O senhor poderia explicar-nos as razões dessa necessidade e apontar algumas peculiaridades da cultura política latino-americana e em que ela se diferencia da cultura política presente nas formulações tradicionais da obra pioneira de Gabriel Almond e Sidney Verba?

Um comentário preliminar: um conceito precisa ter validade, por assim dizer, planetária, como costumava dizer o prof. Roberto Cardoso de Oliveira, para ser científico. Assim, um conceito geral não pode ser “local”, mas se adequar às diferentes realidades sociais, ou seja, não pode servir para atender aos interesses e explicar apenas algumas sociedades (existem as chamadas teorias de médio alcance, mas não é o caso de cultura política). O que defendo é que o conceito de cultura política (e outros, como o de democracia liberal, por exemplo) foram construídos sem considerar realidades distintas daquelas nas quais e para as quais foram gestados, ou seja, os países centrais do capitalismo em meio à Guerra Fria. Talvez não pudesse ser diferente naquele momento (isso é outra história), mas o avanço científico de lá para cá não apenas permite, mas mesmo não pode prescindir da “universalização” do conceito. O conceito de cultura política de Almond e Verba é claramente normativo e considera apenas a realidade, interesses e valores da democracia liberal dos EUA e da Europa; o resto do mundo teria que se submeter e seguir a realidade das potências capitalistas ocidentais. Se olharmos bem, isso é o contrário do que fizeram: foram livres intelectualmente para proporem o seu sistema político e a forma de organizar a sua sociedade. Pois bem, é exatamente a mesma liberdade intelectual que defendo que tenhamos na América Latina e em outras regiões periféricas do mundo: que possamos construir as nossas realidades sem precisarmos ser tutelados. Como consequência, o conceito de cultura política (entre outros) precisa ser ampliado para colocar as nossas sociedades como atores e sujeitos. A diferença fundamental é que não devemos eleger um modelo de cultura política que deva ser seguido ou copiado – o uso normativo da teoria de cultura política –, mas usar o ferramental teórico e metodológico para compreendermos cada realidade social. O uso normativo da cultura política implica o que chamei de “armadilha da cultura cívica”.

3) No livro o senhor nos diz que não podemos cair na “armadilha da cultura cívica” – fato de haver culturas predispostas a receber a democracia – e encontrou índices de escala de adesão a valores democráticos próximos às das chamadas democracias consolidadas. A pergunta que fica é a seguinte:

por que a democracia na América Latina parece ser mais instável que suas congêneres do hemisfério norte? Ou por que grande parte da literatura trata as democracias da região dessa forma? A instabilidade seria a própria marca da cultura política na América Latina?

Eu penso que a democracia liberal ocidental está passando por uma crise maior do que alguns querem aceitar. Provavelmente se fala menos a respeito por um certo desconforto em aceitar que talvez a democracia liberal não consiga mais responder de forma efetiva à desigualdade, ao elitismo, à judicialização da política, ao aumento do poder dos grupos econômicos na política, à falência do sistema de representação tradicional, com a crescente participação via as “novas redes sociais”, entre outras coisas. O “fim da história”, nas palavras de Fukuyama, cantado em verso prosa, talvez não seja tão real, havendo a necessidade de serem repensadas as sociedades ocidentais. O irônico é que foi preciso que certos fenômenos conhecidos na América Latina, por exemplo, começassem a existir na Europa e EUA para alguns analistas se darem conta de que talvez os problemas da democracia que conhecemos na América Latina não existam por causa dos atrasos de outras sociedades, mas talvez por questões intrínsecas ao sistema. A eleição do presidente Trump fez cientistas políticos norte-americanos falarem nas mazelas do populismo para a democracia, mas isso sabemos há décadas na América Latina! O populismo vira um problema para a democracia quando chega nos EUA? Ou não acreditavam que uma “verdadeira democracia”, que uma “democracia consolidada” poderia eleger líderes populistas? E a possibilidade de eleição de dirigentes protofascistas na Europa não serve para mostrar que talvez a República de Weimar não seja a única que pode ser destruída com eleições? Um detalhe: talvez as sociedades europeias e norte-americana não vejam as suas democracias sucumbirem pela cultura política, o que contraria o senso comum (mais um motivo para estudarmos o campo). Bem, se os estudiosos dos países centrais fossem mais humildes e tentassem aprender conosco, uma vez que vivemos as mazelas que eles parecem estar começando a experimentar agora, ao invés de apenas quererem nos ensinar, talvez conseguissem compreender melhor a sua realidade e a própria democracia.

Quanto à instabilidade da democracia na América Latina, penso que se dá por ser um sistema político que não foi, no seu modelo liberal europeu e norte-americano, construído com base no que somos, nas nossas características, nas nossas experiências. Ironicamente, a crise da democracia nos países centrais talvez sirva para entenderem que instabilidade não é algo apenas latino-americano.

4) Quais são as principais mudanças de agenda que a cultura política enfrenta hoje quando comparada com o último quarto do século XX?

Creio que deixar de ser normativa, ou seja, de querer impor um modelo de cultura política e de sociedade e passar a ser mais explicativa. Hoje em dia, temos pesquisas maravilhosas de cultura política, e não me refiro unicamente ao WVS, mas também aos barômetros regionais (Latinobarômetro etc.), entre muitas outras, sem esquecermos a infinidade de dados que as novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) permitem que estudemos. Sobre o WVS, costumo compará-lo com outras iniciativas científicas internacionais, como os esforços empreendidos por cientistas do mundo todo para o mapeamento DNA, o projeto Genoma. A própria Biologia teve que evoluir para dar conta dos desafios e descobertas que essa colaboração global monumental propiciou. De forma similar, cientistas sociais de diversos países vêm colaborando durante mais de cinco décadas para construir mais e melhores evidências sobre a cultura e comportamento político e social dos seres humanos. Falo com certa presunção e orgulho que considero o WVS o principal instrumento criado para realizar esse “mapeamento”. Com esta riqueza empírica e metodológica em mãos, não tem sentido, na minha opinião, usarmos as mesmas explicações de décadas atrás ou mesmo as que temos hoje. Temos que olhar para frente, sermos abertos para as novidades que podemos descobrir. Ainda somos – os cientistas sociais – muito avessos à colaboração, mas teremos que aprender, é questão de tempo. É lugar-comum falarmos que a Ciência somente avança quando temos dúvidas, o que é verdade. A certeza é o campo da política, não da pesquisa. Vamos ser “científicos” e olharmos a realidade e a cultura política com dúvidas, querendo aprender.

5) A tese da mudança cultural, ou pós-materialismo, elaborada pelo professor Ronald Inglehart na década de setenta do século passado, empreendida pelo entendimento de mudança nas prioridades valorativas dos indivíduos, foi formulada inicialmente para abranger as sociedades em estágio industrial avançado. Qual a sua atual validade pensando em um contexto latino-americano?

Penso que temos que tratar do assunto em dois níveis. O primeiro, é a descoberta da existência de valores pós-materialistas em sociedades avançadas por Inglehart, que me parece não apenas adequada, mas correta. O segundo, é a proposição de mudança cultural, que implicaria que todas as sociedades, de certa forma, tenderiam a ser majoritariamente pós-materialistas à medida que as novas gerações experimentassem uma segurança material e social semelhante à que houve na Europa e EUA. Penso que esta segunda proposição é demasiado normativa

e não considera outros fatores que podem explicar mudanças culturais, mais além da base material. Por exemplo, apresentei com colegas (Daniel Capistrano e Sonia Ranincheski) no Congresso APSA (American Political Science Association) em Boston nos EUA, no final de agosto deste ano, um trabalho falando justamente disso. O artigo propõe a globalização e a hegemonia de valores das elites como uma explicação alternativa ao desenvolvimento econômico para explicar a existência de uma relativamente alta existência de valores pós-materialistas na América Latina em relação à renda per capita e outros indicadores econômicos. O prof. Inglehart fazia parte do mesmo painel e se mostrou interessado nos nossos achados. Logo o artigo vai estar disponível para debate.

6) Na edição de julho de 2016, o Journal of Democracy trouxe um artigo de Yascha Mounk, intitulado de “The democratic disconnect”, no qual o autor trazia a tese de que há um processo de queda na adesão aos valores democráticos das gerações mais novas nos Estados Unidos. Nesta mesma edição, Ronald Inglehart procurou amenizar a tese de Mounk, argumentando a existência de uma peculiaridade conjuntural para o caso norte-americano, onde haveria três elementos que podiam estar confluindo para esta disjunção: paralisia do Governo, aumento na desigualdade de renda e a influência política de bilionários. Na hipótese da síndrome de queda, verificada no apoio à democracia entre os jovens, estar presente nas coortes de outras democracias, quais são os riscos para um colapso global da atual ordem democrática? Isso poderia ocorrer daqui a uma ou duas gerações?

Não sei se poderia falar em colapso da democracia como algo genérico, mas sim de crise da democracia liberal. A sociedade do início do século XXI é muito distinta da que foi imaginada pelos revolucionários ingleses ou franceses ou ainda dos “Pais Fundadores” da democracia norte-americana (aliás, sobre o quanto a democracia norte-americana mudou desde os seus primórdios, sempre vale a pena ler e reler os textos que Robert Dahl escreveu a partir dos anos 1990). Penso, como disse antes, que a democracia está em crise nos países centrais, que serviam de exemplo e modelo. No entanto, creio que é importante pensarmos sobre qual democracia falamos: da normativa, idealizada e “perfeita”, ou da real, a liberal? Daquela idealizada que buscamos ou da que foi efetivada pelos seres humanos? Da que existia no início do século XX ou a que temos hoje? Da que existia nos EUA nos anos 1960 ou a que esse país queria exportar e impor a outros países? Entendo que a democracia existente no Ocidente é fruto das contradições que as suas sociedades enfrentam. Ora, pode ser fácil culpar desigualdade e concentração de renda pelos problemas que a democracia nos

EUA enfrenta, mas temos que lembrar que a democracia liberal lá existente foi criada (normativa e socialmente) organicamente ligada ao capitalismo e que os problemas citados são inerentes a esse mesmo capitalismo. Assim, a democracia tal qual é defendida lá não pode ser pensada fora do capitalismo e, assim, vai ser necessariamente influenciada por ele, para o bem ou para o mal. Ou seja, penso que a democracia liberal está em crise porque a sociedade que a gerou vive uma fase de hiperconcentração de renda e de poder: nada mais natural que isso se refletir na política.

7) Professor Dr. Henrique Castro, pode dizer-nos como está a organização da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) que em 2018 contemplará dentre outros países, o Brasil?

No momento, cerca de 30 países já terminaram a coleta de dados, incluindo o Brasil, e há a perspectiva de chegarmos ao final da onda com mais 70 países. Vai ser a onda com maior quantidade de países envolvidos. A World Values Survey Association (WVSA), que dirige a pesquisa e que tem um sócio e diretor por país, considera que, com a sétima onda, o WVS se consolida como a maior e mais abrangente pesquisa na área de Ciências Sociais no planeta. Penso que, no Brasil, o impulso que demos para o fortalecimento do grupo WVS Brasil nos últimos dois ou três anos vai permitir que consigamos aumentar a visibilidade e o uso dos dados da pesquisa, que, a propósito, é gratuito e simples (basta baixar os dados ou usar a ferramenta on-line na página que está na página da pesquisa, www.worldvaluessurvey.org). Uma maneira simples de acompanhar as novidades da pesquisa no Brasil e no mundo é pelas páginas Facebook do WVS Brasil e da WVSA.

8) Em relação ao Brasil, quais são as perspectivas sobre o futuro da democracia, uma vez que as respostas dadas pelo sistema político a crises internas passam, na maioria das vezes, pelos caminhos do autoritarismo?

Eu penso que temos que olhar certos conceitos com mais vagar; um deles é autoritarismo. Sim, claro que existe autoritarismo, mas não podemos usar o conceito como um antônimo de democracia ou como um defeito de sociedades que são distintas das nossas. Por exemplo, será que o chapéu de autoritarismo serve tanto para o Brasil, cuja cultura foi constituída a partir de uma visão individualista europeia e com uma elite antipovo, com o que existe na China, que possui uma cultura coletivista influenciada pelo confucionismo? Talvez haja algumas similaridades empíricas, mas tenho dúvidas se é o mesmo fenômeno, se as evidências se referem ao mesmo conceito. Bem, mas especificamente em relação ao Brasil, penso que nunca tivemos uma real democracia. Sempre vivemos de

golpe em golpe, de ditadura em ditadura, basta ver quantos presidentes foram eleitos e terminaram os seus mandatos na nossa história. Przerworski escreveu uma vez que a democracia se caracteriza pelos perdedores aceitarem a derrota e esperarem a próxima eleição para tentarem vencer. Ora, somos exatamente o contrário! Antes das eleições, já anunciamos que não aceitaremos o resultado! Eleito alguém, imediatamente o que se faz é impedir que governe ou mesmo tratar de derrubar o mandatário. Na minha opinião, o autoritarismo é e vai continuar sendo uma importante marca da nossa sociedade.

9) Professor Dr. Henrique Castro, queremos agradecer mais uma vez pela entrevista e gostaríamos que o senhor deixasse algumas considerações sobre a importância de uma agenda de pesquisas que contemple a relação entre a cultura política e o momento crítico pelo qual vêm passando os regimes democráticos.

A ciência pode ajudar a construção de uma sociedade melhor; isto acontece em todas as áreas do conhecimento, e naturalmente também nas Ciências Sociais. No entanto, não é a ciência quem decide o que pode ou deve ser feito, mas sim as pessoas, considerando os mecanismos sociais e políticos. Assim, por melhor que sejam os conhecimentos gerados, não vamos construir um mundo melhor sem a efetiva participação de muitos em um projeto político de país que não naturalize as desigualdades e as demais mazelas com as quais parece que nos acostumamos. Conhecermos quem somos, como pensamos e como agimos é fundamental para podermos nos transformarmos, e foi assim que aconteceu em todos os países que de alguma forma mudaram a cara das suas sociedades. Claro que o conhecimento de quem somos é mais amplo que a cultura política, mas certamente os mecanismos culturais são fundamentais para impulsionar, facilitar, dificultar ou mesmo impedir determinadas mudanças. Eu não tenho a indicação de uma agenda particular de pesquisa neste sentido, mas entendo que a resolução dos problemas sociais é o caminho a seguir ao invés de usar a ciência e a pesquisa para alimentar egos, preencher uma linha no currículo ou alavancar carreiras.